



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 23

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 1967

ATA DA 40ª SESSÃO, EM 17
DE ABRIL DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária,
da 6ª Legislatura

PRESENCIA DO SR. GUIDO
MONDIN

As 14h30min., acham-se presen-
tes os Srs. Senadores;

Adalberto Sena
Alvaro Maia
Lobão da Silveira
Cledonir Millet
Menezes Pimentel
Duarte Filho
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
José Ernirio
Leandro Maciel
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Benedicto Vullader
Bezerra Neto
Mello Braga
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de pre-
sença acusa o comparecimento de 21
Srs. Senadores. Havendo número re-
gimental declarado aberta a sessão. Vai
ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à
leitura da ata da sessão anterior,
que é, sem debate, aprovada

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

AVISO

Do Sr. Ministro da Marinha, nos
seguintes termos:

Nº 611.

Brasília, 17.3.67.

Sr. Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a V.
Exa. a fim de comunicar-lhe que,
nesta data, designei o Capitão-de-
Fragata Valbert Lisieux Medeiros de
Figueiredo para, em substituição ao
Capitão-de-Fragata Carlos Horácio
dos Santos, servir como Oficial-de-
Ligação entre este Ministério e o
Congresso Nacional.

Sirvo-me da oportunidade para
apresentar a V. Exa. os meus protes-
tos de alta estima e mui distinta
consideração. — Augusto Hamann
Rothemann, Oficial-de-Ligação, Ministro da
Marinha.

SENADO FEDERAL

RESPOSTA A PEDIDO
DE INFORMAÇÕES

Do Presidente da Comissão
de Marinha Mercante

Ofício nº 67-03363, de 6 do mês em
curso — com referência a Requeri-
mento de Informações do Sr. Sena-
dor Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O expediente
lido vai à publicação.

A Presidência deferiu, hoje, os se-
guintes requerimentos de informa-
ções:

Do Sr. Raul Giuberti ao Sr. Mi-
nistro da Indústria e do Comércio,
nº 253.

Do Sr. Arthur Virgílio ao Sr. Mi-
nistro das Comunicações, nº 253.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O Sr. 1º Se-
cretário vai proceder à leitura de re-
querimento encaminhado à Mesa.

E lido o seguinte

REQUERIMENTO
Nº 258, de 1967

Requerio à Mesa, nos termos regi-
mentais, sejam solicitadas informações
ao Poder Executivo, através do Mi-
nistério da Fazenda, após as seguin-
tes considerações:

O Departamento de Estado, em
Washington, anunciou, há tempo, a
consecução de um tratado sobre Im-
posto de Renda com o Brasil, aliás o
primeiro desse tipo já celebrado en-
tre a nação norte-americana e um
país sul-americano.

Em vista do exposto, pergunta-se:

1º Quais os limites fixados para pa-
gamento do Imposto de Renda sobre
lucros e remessa de lucros das em-
presas norte-americanas?

2º Que condições foram estabeleci-
das com relação à instalação de ma-
quinaria e equipamentos das mesmas
empresas?

3º Quais os outros favores doados a
essas empresas?

4º Qual o prazo de vigência desse
acórdio?

Justificação

A nação brasileira, há muito tempo,
vem sofrendo a dilapidação e enfra-
quecimento de suas empresas, consti-
tuídas legitimamente com capitais na-
cionais, fruto do trabalho e suor dos
que mourejam sem desfalecimentos
na Terra do Cruzeiro do Sul. Os acor-
dos firmados em outras partes do
Mundo, pelos homens que detêm as
redes governamentais, nem sempre
tem correspondido às aspirações do
povo e notadamente das classes labo-
rosas porque realizados à luz das
tendências políticas, muitas vezes

opostas de governo para governo, co-
mo recentemente sói acontecer.

A lista de tratados e acordos inter-
nacionais que não satisfazem aos in-
teresses do País não deve ser aumen-
tada, chega, para isso, o Acórdio de
Garantias de Washington, onde tudo
se garantiu aos alienígenas e deixou
inteiramente marginalizados os puros
interesses brasileiros.

É da própria lei natural que os
fortes imponham sua vontade e con-
dições aos fracos. No entretanto, jul-
gamos que as forças vivas da nação
brasileira já estão em condições de
colocá-la como país que saiba dirigir
os seus passos sem necessitar de en-
tendimentos feitos à base da submis-
são e subserviências.

Além disto, é da própria sistemáti-
ca da democracia que as resoluções
para serem válidas tenham o assen-
timento dos representantes do povo,
formados em Congresso, representado
pelas Casas legislativas.

A boa administração dos negócios
públicos, portanto, resulta da análise
e estudo de todas as questões que lhes
digam respeito pelo órgão criado para
esse fim.

Além do mais, note-se que as em-
presas nacionais já estão pagando
Imposto de Renda elevado. É incon-
cebível que organizações estrangeiras,
dentro do país, que já têm as instru-
ções 270 e 289 dando-lhes vantagens
enormes, ainda possam pagar menos
tributo do que as próprias brasileiras.
Sala das Sessões, 17 de abril de
1967. — Senador José Ernirio de
Moraes.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O requerimento
que acaba de ser lido será publicado
e, em seguida, despachado pela Presi-
dência.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Há oradores ins-
critos.

Tam a palavra o nobre Senador
Eurico Rezende, por permuta com o
nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Senhor
Presidente, Srs. Senadores, desejo,
nesta oportunidade, tecer algumas
considerações a respeito do tratamen-
to constitucional que, a partir de 15
de março do corrente ano, o País vem
dispensando ao exercício da vereança.

Durante os trabalhos da elaboração
constitucional, a retirada tentativa do
Poder Executivo de estabelecer a gra-
tuidade, no clima de prestação daque-
le serviço, foi objeto de estudos e de-
bates na Comissão Mista do Congres-
so Nacional. Tive oportunidade de
verificar que todas as emendas inci-
dentes sobre o Projeto de Constitui-
ção — e foram em grande número
visavam à paga financeira pelo exer-

cício do Poder Legislativo Municipal.

Em nenhuma delas se cuidou da gra-
tuidade, figurando, na sua diversifi-
cação, apenas a relativa a critérios
para a retribuição financeira. E não
encontrei, Sr. Presidente, ninguém,
entre "gregos e troianos", no Con-
gresso Nacional, que houvesse dado
uma palavra ou grafado uma vírgula,
sequer, no sentido da gratuidade. E,
estranhamente, no instante em que
todos eram a favor, a gratuidade vi-
zou; quando todos eram a favor da
remuneração, a isenção de pagamen-
to pelo trabalho dos Srs. Vereadores
ficou insculpida no texto constitucio-
nal.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite
V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Como
se não bastasse essa estranheza, sur-
tiu uma das piores formas da injus-
tita, que é a desigualdade. Porque o
constituente brasileiro terminou divi-
dindo o País em vereadores de primei-
ra classe, isto é, aqueles de exercício
remunerado, ou seja, os das capitais e
os dos municípios de índice populacio-
nal superior a 100.000; e os vereado-
res de segunda classe, os vereadores
da lavoura, os vereadores do cipó, os
vereadores do interior, vale dizer, do
Brasil autêntico, que ficaram sem um
centil sequer de remuneração.

Ouçõ com prazer o eminente Sena-
dor Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Estimo
ouvir a crítica de V. Exa. ao regime
de gratuidade imposto pela Carta au-
toritária de 67 ao trabalho dos vere-
adores. Essa imposição resultou, aliás,
do pensamento discricionário inscul-
pido no Ato Institucional nº 2. Per-
mita-me, porém, lembrar-lhe que o
regime de remuneração não prevale-
ceu porque o Governo do Marechal
Humberto de Alencar Castello Bran-
co impôs a gratuidade à maioria per-
manente que o apoiava. Louvo, en-
tretanto, a atitude de Vossa Excelên-
cia combatendo o regime da gratui-
dade consagrado na Carta autoritária.
Esta é a forma apropriada de abri-
se caminho à reforma necessária do
uma Constituição inconveniente.

O SR. EURICO REZENDE — Re-
colho e agradeço a contribuição con-
stante do aparte de V. Exa., mas de-
sejo não perfilar o seu pessimismo,
que funciona, no caso, como concha
bipartida. De um lado, achando aq-
uilo que não é a jovem Constituição —
uma Carta autoritária —

O Sr. Josaphat Marinho — Jovem,
não. Decrépita por nascimento.

O SR. EURICO REZENDE — ...
de outra parte, quando V. Exa. dia
que o instituto da gratuidade se tor-
nou vilíssimo em virtude de pressões
governamentais, não vou a tanto, em-
bora reconheça...

O Sr. Aurélio Vianna — Que houve
pressão.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRÁSILIA

O SR. EURICO REZENDE — ... que era do apetite, do desejo e do paladar do ex-Presidente Castello Branco estabelecer aquela gratuidade.

O Sr. Josaphat Marinho — A forma delicada com que V. Exa. reconhece o fato nos impede, até por ética parlamentar, de conduzi-la a outras declarações. V. Exa. pode prosseguir.

O SR. EURICO REZENDE — Mas devo dizer a V. Exa. e a Casa toda é testemunha que uma das emendas estabelecendo a remuneração para todos os Vereadores não se tornou vitoriosa porque, à última hora, tivemos o afogadilho das decisões parlamentares, que acarretou até a providência do eminente Senador Auro de Moura Andrade de mandar parar todos os relógios do Congresso Nacional. Então aquelas emendas que davam remuneração ao exercício da vereança figuraram naquele bólo e não foi possível então se estabelecer o joelramento. Porque se tivéssemos oportunidade de obter a seleção, não tenha dúvida de que a emenda de implantação remuneratória do exercício da vereança teria passado, teria sido aprovada e, por via de consequência, estaria esculpida em dispositivo da jovem constituição.

O Sr. Josaphat Marinho — Veja V. Exa. que a Constituição é tão retrógrada que, para nascer, teve de para o tempo.

O SR. EURICO REZENDE — A experiência e a observação do Senhor Senador Josaphat Marinho revela o seguinte: o brasileiro só trabalha bem com hora marcada.

Se V. Exa. perlongar a sua vista e atenção pelos nossos arquivos parlamentares há de encontrar ainda sem solução alguns projetos apresentados no Congresso Nacional em 1945.

As vozes, tanto do Governo como da Oposição, sempre clamaram aqui pela regulamentação do instituto constitucional da participação do trabalhador no lucro das empresas, projeto aqui apresentado nos idos de 1945, para citar apenas um exemplo, e esse projeto nem sequer saiu do Senado. Não foi votado por nós e se V. Exa. se der ao trabalho de um esforço estatístico chegará a essa conclusão.

No instante em que os atos institucionais deste País estabeleceram prazos rígidos, estabeleceram períodos inflexíveis, estabeleceram, enfim, a figura da aprovação ficta, isto é, um projeto apresentado, não incidindo sobre ele a deliberação legislativa, é tido como aprovado, dizia eu, então, a partir de 15 de abril de 1964, isto é, no instante do advento do Ato Institucional nº 1, que estabeleceu prazos para o Congresso trabalhar, de lá até aqui o Congresso trabalhou muito mais do que do período de 1945 a 1964.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — ... a produção legislativa foi boa e aplaudida tanto na quantidade, como na qualidade.

Ouçô V. Exa.

O Sr. Josaphat Marinho — Não é isso, aliás, o que consta do Relatório do Presidente do Congresso Nacional.

O Sr. Aurélio Vianna — É um equívoco de V. Exa. Se V. Exa. disser que se trabalhou mais na aprovação dos projetos originados do Executivo, estou de acordo com V. Exa. Naquele outro tempo, quando havia liberdade no Congresso Nacional, os Congressistas, os Deputados e Senadores, escolhiam para discussão e votação, os projetos que para eles representavam e corporificavam o interesse nacional, viessem ou não do Executivo, tivessem ou não a sua origem no Executivo Federal. Agora, foi imposto um sistema, através do qual ou se vota o projeto ou, se naquele prazo não é votado, é tido como aprovado. E os projetos que se originam do

Legislativo quase não têm vez de tramitar, este é o fato.

O SR. EURICO REZENDE — Citei um caso concreto de projeto originário dos próprios quadros legislativos — o Projeto de Participação do Trabalhador no Lucro das Empresas, que não é do Executivo. Nasceu aqui, no entanto, não saiu sequer do Senado Federal.

Sabe V. Exa. que os projetos existentes aqui e de origem dos Srs. Senadores têm uma tramitação muito morosa, de cágado, diríamos de salas colantes, andar difícil, lento, atropelado, e dependem dos nossos bons ofícios, para que eles sofram a tramitação e o desate final.

Ninguém pode negar, Senador Aurélio Vianna, que a fixação de prazo existia para todos neste País — existia para o cumprimento dos deveres de todo mundo neste País. Só deputado e senador é que não tinham prazo para concluir a sua tarefa. Então, mercê da fixação de prazos rígidos, sob pena de aprovação ficta, é que se estabeleceu o sistema de igualdade para todos, e que tem dado excelente resultado.

O Sr. Aurélio Vianna — Igualdade? Desigualdade absoluta!

O Sr. Arthur Virgílio — Permite-me o nobre orador um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Concedo o aparte ao eminente Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio — Com todo o apelo que V. Exa. de mim merece e com toda minha estima pessoal, gostaria que o nobre Colega não tomasse este aparte senão com o sentido de avivar o debate. Gostaria que V. Exa. me dissesse se fala, agora, como udenista de 1945 ou como udenista de 1964.

O SR. EURICO REZENDE — Tanto quanto seria válida a pergunta se V. Exa. me aparta como petebista de 1945 ou emedebista de 1967.

O Sr. Arthur Virgílio — É a mesma coisa. Poderia apartar V. Exa. da mesma forma. V. Exa. sabe que fui ameaçado de prisão na ditadura. Não me entenda, sendo eu do MDB, como partidário da ditadura, que nunca o fui. Sou o mesmo trabalhista de qualquer época, homem que tem princípios e ideias a defender.

O SR. EURICO REZENDE — Também combati a ditadura.

O Sr. Arthur Virgílio — Mas defendeu outra. Al é que está a defesa. Sempre combati toda e qualquer ditadura e V. Exa. defendeu, ainda há pouco, uma ditadura.

O SR. EURICO REZENDE — Defendi um período de transição.

O Sr. Arthur Virgílio — Ditadura!

O SR. EURICO REZENDE — ... defendi — sempre disse aqui um período de excepcionalidade democrática em que foram manejados todos os instrumentos, não para que o Brasil ficasse com aquela democracia calcada e defraudada na baderna das ruas na mastigação do empreguismo, mas uma Democracia de seriedade no emprego dos dinheiros públicos, na ausência de subversão, uma Democracia de compostura e não de licencio-

sidade que caracterizou o Brasil até 15 de março de 1964.

O Sr. Arthur Virgílio — Se V. Exa. me permite, democracia da AMFOP, democracia do dólar e democracia de outros fatos semelhantes que V. Exa. não há de contestar, foram escândalos talvez como não se verificaram iguais neste país!

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. não aponta um escândalo sequer no Governo anterior.

O Sr. Arthur Virgílio — A compra da AMFOP!

O SR. EURICO REZENDE — É matéria que se presta a discussão a controvérsia; podemos respeitar a opinião dos que são a favor ou contra. Mas ninguém neste país poderá afirmar que o propósito que inspirou negociata.

O Sr. Arthur Virgílio — De beneficiar um grupo e alguns!

O SR. EURICO REZENDE — E devo dizer que quem iniciou a negociação que redundou na compra da AMFOP foi o Governo do Sr. João Goulart, presidente do antigo partido de V. Exa.!

O Sr. Arthur Virgílio — Mas recusou.

O SR. EURICO REZENDE — Não recusou, Excelência. V. Exa. não confunde burocracia com recuo. Tudo estava em andamento, patrocinado pelo Governo João Goulart, e com a participação do grande brasileiro Professor San Thiago Dantas.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. que eu explique minha posição.

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa., quando fala da AMFOP em termos de criminalidade, injúria, em termos de ingratidão, o seu antigo chefe partidário, Dr. João Belchior Marques Goulart.

O Sr. Arthur Virgílio — Já que V. Exa. faz uma acusação, permita que eu explique. Está nos anais, não estou apenas com palavras não. Eu estava sentado na cadeira onde está agora o Senador Aurélio Vianna, e o Senador Mem de Sá ali tratava precisamente da compra da AMFOP, do compromisso que o Presidente João Goulart teria assumido quando da sua visita a Washington. Declarei que não tinha liderança, não tinha compromisso partidário algum que me fizesse aprovar a compra desse ferrolho a grupos americanos, mesmo que grupos nacionais se beneficiassem com a compra. Isso é fácil de comprovar pois foi um aparte que dei ao seu correlegionário, Senador Mem de Sá.

O SR. EURICO REZENDE — Podemos admitir que houve erro na compra da AMFOP. Ex. Realmente, em certos aspectos, a transação pode ser alvo de crítica.

O Sr. Arthur Virgílio — São 370 milhões de dólares!

O SR. EURICO REZENDE — Mas daí a dizer que houve interesses escusos, como disse V. Exa. ...

O Sr. Arthur Virgílio — Eu não diria nunca que o Marechal Castello Branco se beneficiou disso. Não che-

garia a esse ponto. Mas que alguém ganhou, ganhou! Dez por cento de 370 milhões de dólares são 37 milhões de dólares. Alguém ganhou isso!

O SR. EURICO REZENDE — Ouço, Excelência, sempre se falar, no dorso de um realejo que atravessa os anos e a poeira dos tempos, sempre que há uma transação no país de vinculação internacional, que houve ato ilícito, que alguém ganhou, que o que presidiu as operações foi em regime de propinas. Mas dificilmente vejo a prova dessas alegações.

O Sr. Arthur Virgílio — Mas não passa recibo, a corrupção não dá recibo. V. Exa. jamais ganhou, como jamais ganhei; mas todos sabemos que é uma instituição, não vamos negar que é. O sujeito que vende recebe sempre o seu. Eu jamais ganhei, como V. Exa. jamais ganhou, mas nós sabemos que existe isso e que alguém ganhou, pelo menos, 10% na compra da AMFOP.

O SR. EURICO REZENDE — Assim não é possível! V. Exa. entende que se deve estabelecer, primeira regra geral: alguém ganhou; segunda regra geral: eu não posso provar porque a corrupção não deixa recibo. Ora, isso contraria o instituto da seriedade dos pronunciamentos e das afirmativas. Eu só direi — eu posso, inclusive, ir no genérico, isto é: é possível que alguém tenha ganho. Mas no instante em que afirmo a retribuição ilícita, eu devo, em seguida, apontar, pelo menos, os elementos indiciários, pelo menos a indicação seria porque, a contrário senso, a honrabilidade de cidadãos brasileiros, e estrangeiros ficará entregue, por inteiro, a conduta billar dos acusadores.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. um esclarecimento, para citar, apenas, um fato?

O SR. EURICO REZENDE — Eu queria falar nos vereadores, V. Exa. me levou para os Estados Unidos e o Canadá...

O Sr. Arthur Virgílio — Prometo não interromper mais V. Exa., depois de narrar um fato que se deu comigo. Fui procurado por um grupo interessado na construção de um hotel na Avenida Atlântica, com um processo — posso assegurar — perfeitamente esquematizado, inclusive com despacho que considere honesto. Eu o considerei assim porque o processo estava bem esquematizado, no Governo do Sr. Carlos Lacerda. Pretendia-se a elevação do gabarito na Avenida Atlântica para vinte e sete andares. Era um processo perfeito e volumoso. O cidadão que me fôra procurar era de minhas relações pessoais. Desejava, apenas, conseguir um financiamento de dois bilhões de cruzeiros — antigos na Caixa Econômica e necessitava de um despacho do Presidente da República. E daria — aí era o eufemismo que usava — para a campanha eleitoral do Partido dez por cento destes dois bilhões. Como esse cidadão era um rapaz com quem me dava desde a infância, pois foi meu colega no ginásio, então eu lhe respondi que procurasse o tesoureiro do Partido, ou o Presidente do Partido, porque eu não estava incumbido de fazer a campanha financeira do Partido. Ele encabulou-se e perguntou: "Julgou-se ofendido?" Não me julguei ofendido. Considerei uma praxe, que não pratico, esclareci. Um mês depois, meu caro Senador Eurico Rezendê, saiu nos jornais da Guanabara página inteira fazendo a propaganda desse hotel. Então, eu disse consigo: alguém ganhou 10%. Procurei o Presidente João Goulart e lhe contei o fato. Ele telefonou ao Presidente da Caixa Econômica, Sr. Júlio Castilhos, e lhe perguntou se ele havia dado o despacho, e, realmente, ele o havia dado sem saber. Alguém abusou de sua boa-fé como poderia abusar da boa-fé de um Pre-

cliente. Chegaria com o processo bem estruturado, arranjaria o despacho e, assim, ganharia duzentos milhas de cruzados, isso há quatro anos. Então, ele mandou cancelar o despacho e aquele "Turismo Hotel" foi a falência. V. Exa. viu que o tapume, colocado no antigo posto de gasolina situado ao lado da Buete Fred's continua lá; até agora não se arguiu hotel algum no local. Vê V. Exa. que, a respeito, tenho prova pessoal. Eu que fui líder de partido do Governo, sei quais as tentações que tive de enfrentar. V. Exa. sabe da devassa que fizeram na minha vida. Mas porque nunca me deixei levar pelas tentações, a devassa nada apurou. É uma realidade gritante que só negará quem não quiser sentir a verdade num País como o nosso, em que o dinheiro é o grande Deus, é o grande motivo, a grande inspiração, é o impulso para a conduta de homens que não se sabem conter moralmente.

O SR. EURICO REZENDE — No caso do hotel a operação se deu na discreção e no silêncio dos gabinetes da Caixa Econômica. Mas o caso da AMFORP é diferente, pois ocupou largamente o noticiário nos jornais e deu margem a debates no Congresso Nacional, ao qual compareceu um Ministro de Estado que prestou amplas informações. De modo que o Congresso Nacional votou, conscientemente, aquela transação internacional.

O Sr. Petrólio Portela — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Ouço-o com prazer, nobre Senador.

O Sr. Petrólio Portela — Tenho a impressão de que V. Exa. tem razão ao dizer que o caso da AMFORP é, de fato, controvertido, é um caso polêmico. É evidente que eu, pessoalmente, se me fosse dado discutir, apurar, seria contrário à transação, por achá-la lesiva aos interesses do meu País. Mas, no caso da AMFORP, até se chegar à conclusão de que houve corrupção, vai uma distância considerável. E já agora me permito dizer que assiste razão ao nobre Senador Arthur Virgílio, ao proclamar sua desconfiança, seu pessimismo, no tocante a esses tipos de transação, porque, mesmo sendo um homem conhecido, respeitável e respeitado, foi alvo de suborno, ou, mais precisamente, de tentativa de suborno. S. Exa. foi numa tentativa de uso indevido, chamado, por alguém, para ser veículo de tráfico de influência. Então, S. Exa., que era um líder, que é um líder, foi alvo dessas tentações e, evidentemente, lhe assistem razões para duvidar de todo mundo. No que me toca — representante ou chefe do Executivo, felizmente, usei política preventiva, nunca admitindo que ninguém, nos casos mínimos, me abordasse para tentar uma concessão contrária aos interesses públicos. Assim, acho que V. Exa. tem razão: o caso da AMFORP é, de fato, polêmico. Corrupção há; não se pode, entretanto, presumi-la. Do contrário, nós todos que tivéssemos tarefa executiva, estaríamos em situação difícil, mais que impossibilitados de decidir.

O SR. EURICO REZENDE — Exato! A tese do eminente Senador Arthur Virgílio não é só infeliz como autográfica em termos. Se se vê, numa transação vultosa, a intenção de corrupção, se se estabelece, então, a pretensão de corrupção quando a operação é vultosa, nós não poderemos votar projetos de lei, abrindo crédito para pagar fornecedores, para pagar empreiteiros, para as grandes obras da administração pública, sob pena de estabelecer a presunção de que estamos, também, participando do banquete de corrupção.

O Sr. Arthur Virgílio — Senador Eurico Rezende, não chego a tanto. Apenas, sou mais sincero do que V.

Exa. porque, declarei, a respeito do Governo que eu apoiava, que houve corrupção. Jamais a neguei porque houve, e houve mesmo. Não chegaria à temeridade, nunca, de negar tal fato. Mas digo também que houve, nos governos anteriores, houve também no Governo que ainda agora findou e, talvez haja no atual, dentro em pouco, porque não se pode controlar a honestidade de um almoxarife, um chefe de repartição e até mesmo de autoridades mais graduadas. Era impossível ao ex-Governador Petrólio Portela controlar, no seu Estado, um chefe de repartição que prevaricava, que se deixava subornar, que dava pareceres favoráveis.

O Sr. Petrólio Portela — Mas todos sabiam que, se pegados em flagrante, seriam punidos.

O Sr. Arthur Virgílio — Acredito, sinceramente, nisto. Mas, o que não se pode deixar de reconhecer é esta verdade: nunca neguei que houvesse corrupção no Governo, inclusive no que apoiou, quer no plano federal quer no plano estadual. Se pesquisarmos, com seriedade, verificaremos que, agora mesmo, de acordo com o que denunciei ocorreu corrupção neste governo revolucionário. É fato provado, ocorrido num governo que, embora do meu partido, não apoiou porque dele me achava desligado.

O Sr. Petrólio Portela — Gostaria de concluir o meu aparte ao nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE — A intervenção de V. Exa. foi "desapropriada" pelo aparte do Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Petrólio Portela — Quero valer-me ainda do discurso de V. Exa. para declarar que, no caso do hotel, se houve corrupção, a denúncia foi um pouco retardada.

O Sr. Arthur Virgílio — Não, foi atual. V. Exa. está enganado.

O Sr. Petrólio Portela — O problema da negociata proposta a V. Exa.?

O Sr. Arthur Virgílio — V. Exa. não me ouviu; disse que impedi, na hora exata a transação.

O Sr. Petrólio Portela — Não houve a transação?

O Sr. Arthur Virgílio — Não. Eu a impedi.

O Sr. Petrólio Portela — V. Exa. não havia dito isto.

O Sr. Arthur Virgílio — V. Exa. não prestou atenção. Eu disse isto. Falei com o Presidente da República e ele mandou revogar o despacho.

O Sr. Petrólio Portela — Desculpe-me, então, V. Exa. Quero, mais uma vez, proclamar o alto conceito em que tenho V. Exa.

O SR. EURICO REZENDE — E V. Exa. o problema, em nome de todo o Senado.

Mas Sr. Presidente, desviado do curso das minhas considerações pela cativante má vontade do eminente Senador Arthur Virgílio, quero dizer, aliás repetir, que o Congresso Nacional não teve tempo, na oportunidade da elaboração constitucional, de estabelecer tratamento justo para o exercício da vereança. Várias emendas foram apresentadas, mas nenhuma delas, exceto a emenda discriminatória, puderam ser votadas, a tempo e a hora, pelo Plenário.

Então, Sr. Presidente tornou-se vitoriosa disposição que estabelece a desigualdade gritante que sempre combatemos. É o art. 16, § 2º da Constituição que reza *in verbis*:

"Somente terão remuneração os Vereadores das Capitais e dos Municípios de população superior a cem mil habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar."

Dentre as proposições subsidiárias, uma de nossa autoria, previu a remuneração de todos os vereadores, mas colocava essa remuneração em

termos de conexão de proporcionalidade com a renda própria do município. Com isso, alcançavam-se dois benefícios: o primeiro evitar os abusos, infelizmente comuns anteriormente, na fixação dos subsídios dos vereadores e outro benefício consistia em se criar um certo atrativo, um certo incentivo para os nossos legisladores menores, porque o aumento ou a diminuição dos seus subsídios estariam na razão direta da diminuição ou do aumento da renda municipal.

Mas, como disse, essa emenda não teve ensaio de ser votada, em virtude da velocidade, se poderia dizer, quase supersônica que caracterizou os nossos trabalhos no período decisivo da votação da Constituição.

Temos hoje dois tipos de vereadores neste País: o vereador de primeira classe aquele que vai receber o seu subsídio, e o vereador de segunda classe, aquele que será obrigado a trabalhar integralmente de graça.

Sr. Presidente, é muito fácil verificar-se, de um lado a injustiça dessa discriminação, e de outro a posição do Congresso Nacional.

Estabelecemos a gratuidade para os vereadores justamente numa época em que votamos o aumento dos nossos subsídios, considerando insuficientes os subsídios anteriores e dobrando aquele subsídio, não visando a estabelecer índices abusivos, mas estabelecendo condições de condignidade material, condignidade financeira para os membros do Congresso Nacional.

Então, começo por argumentar que faltava autoridade ética ao Congresso Nacional para impor o regime de gratuidade aos Srs. Vereadores.

Por outro lado, Sr. Presidente, nós não podemos distinguir a responsabilidade do Senador, da responsabilidade do Deputado Estadual; não podemos distinguir a responsabilidade do Deputado Estadual, da responsabilidade do Vereador. Ela é única, ela é promiscua, ela é inafectível a diferença está, tão somente, no quantitativo do trabalho e das tarefas. Para a diferença, quanto à segunda hipótese, várias emendas foram apresentadas, justamente aquelas, como a de nossa autoria, que colocavam o pagamento pelo exercício da vereança na dependência, em termos de proporcionalidade, da renda tributária municipal.

Dai, Sr. Presidente, entender e manifestar a minha confiança de que, muito em breve, teremos, tramitando no Congresso Nacional emenda alterando a Constituição, para que, realmente, se restabeleça o regime de Justiça e de igualdade para todos os nossos parlamentos municipais.

O Sr. Arthur Virgílio — Conceda-me V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer!

O Sr. Arthur Virgílio — Pessoalmente estou sempre afinado com V. Exa. Somos, assim, amigos fraternos: entendemo-nos e compreendemo-nos. Politicamente, é difícil nossos caminhos se encontrarem, como ainda há pouco, ficou evidentemente demonstrado neste plenário. Mas agora nossos caminhos estão perfeitamente afinados. Está V. Exa. com toda a razão. Defende V. Exa. tese irrefutável e eu acrescentaria mais: embora possamos discordar politicamente, temos assim alguns pontos de afinidade ao encarar os problemas brasileiros. Mantido esse princípio iremos afastar o povo, na sua maioria, da participação dos legislativos municipais, porque não se pode conceber — nós assim como outros colegas, que somos homens que vive mos do que ganhamos, aqui — não pode admitir um Vereador sem remuneração compatível com a dignidade de sua função e com a independência que esta função deve ter. V. Exa. defende tese perfeitamente justa e que condiz com interesses das municipalidades e, portanto, que é a

celula niter de um País, interesse do Estado e do próprio País.

O SR. EURICO REZENDE — Vossa Exa., fazendo justiça à nossa tese, traz uma colaboração interessante e eu me permitia aduzir mais alguns aspectos da inconveniência da gratuidade. Se a gratuidade prevalecer, nós vamos ter o domínio de grupos econômicos nos nossos municípios, porque só quem for titular de recursos financeiros poderá dar-se ao luxo de, durante quatro anos, trabalhar aparentemente de graça para o município.

O Sr. Josephat Marinho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Josephat Marinho — Acho de dar parecer para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado do projeto de lei de autoria do Senador Calteute Pinheiro, exatamente a propósito da fixação da remuneração do vereador dos capitais e dos municípios de população superior a 100 mil habitantes. Vejo que até este momento, neste assunto, nós estamos de inteiro acordo. Tanto quanto V. Exa., concordo eu o princípio inscrito na Constituição. E a respeito do por menor a que V. Exa. acaba de se referir, cumpre lembrar que não só os potentados, os privilegiados poderão tornar-se detentores do mandato de vereador, se subsistir o regime de gratuidade como regra. Desde que o pobre, dotado de espírito público, pela falta de remuneração adequada, não puder ocupar esse mandato, ele passará a ser normalmente dotado, pelo interior agora, pelos advogados que negociam o interesse público.

O SR. EURICO REZENDE — Muito grato a V. Exa. E apontaria um outro aspecto: o vereador aquela em que o espírito é forte, mas a carne é fraca, isto é uma hipótese, e nós podemos apontar qualquer hipótese. Esse vereador poderá dedicar-se a operações, digamos assim, mercantis no exercício de seu mandato, que represente o povo, isto é, poderá, ao for um elemento de moral não muito robusta sucumbir diante da tentação e dos atrativos que frequentemente surgem na elaboração das leis, principalmente aquelas de isenção e de favores para pessoas, grupos e clientelas.

Mas, Sr. Presidente, há um aspecto que assinalo, uma contradição: é que fizemos a transferência do Governo para o interior do país. Uma das inspirações maiores dessa transplantação foi justamente a de assegurar uma presença mais efetiva dos poderes públicos na nossa geografia interiorana. O Brasil, como que desejando sair da preguiça, do ócio, do romantismo e da melandragem atlântica, para realizar aqui, nas oficinas do plano central, a grande obra de integração nacional, mudou a capital para prestigiar o homem do interior.

Então, contraditoriamente, neste instante, a nova Constituição retira um dos atrativos, ou melhor, o principal atrativo — melhor dizendo, a própria justificativa de qualquer tarefa ou de qualquer trabalho, que é o salário, que é a remuneração, desestimulando, portanto, o vereador do interior, o representante do homem do interior, que a mudança da capital procurou sentir e acudir nas suas necessidades.

O Sr. Josephat Marinho — Ainda há que atentar na mudança de costumes, inclusive os de ordem social, no interior do país. Antigamente, o chefe municipal acolhia e hospedava os vereadores distritais durante os dias de reunião da Câmara, que até um passado bem próximo não eram muitas. Hoje, na generalidade dos municípios, as sessões se reúnem por dias sucessivos e o hábito da hospedagem gratuita, em quase todos os centros do país cessou. O vereador tem de responder pelas despesas de sua permanência na cidade.

O SR. EURICO REZENDE — Muito grato pela nova e valiosa contribuição de V. Exa.

Sr. Presidente, surgiu agora uma perplexidade, frente ao § 2º do Art. 16, que repetimos:

"Sómente terão remuneração os vereadores das capitais e municípios de população superior a cem mil habitantes".

Então, veja o eminente Senador Josaphat Marinho: quanto aos vereadores das capitais, a aplicação do dispositivo é mansa, pacífica e fácil. No que diz respeito, porém, aos municípios de população superior a cem mil habitantes, surgiria a necessidade de se fazer a comprovação. Em matéria de índices populacionais, o órgão de competência exclusiva, neste País, é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mas o último recenseamento operou-se em 1960 e o futuro só se fará em 1970. De 1960 para cá, mercê da explosão demográfica deste país, que é calculada em quase quatro por cento, muitos municípios, que tinham uma população, em 1960, inferior a cem mil habitantes, passaram, a esta altura, a ultrapassar aquele índice apurado no último recenseamento. Então, sendo o recenseamento decenal, como então se poderá apurar, nesse interregno, isto é, entre os limites dos dois recenseamentos, a verdade populacional para efeito da incidência remuneratória?

Tive oportunidade, Sr. Presidente, de fazer uma pesquisa e verifiquei que há uma prova, e a melhor delas, porque judicial, que poderá suprir a ausência de depoimento por parte do I.B.G.E. Verifiquei que a Resolução número 7.943, porque o Tribunal Superior Eleitoral abandonou aquela rigidez, aquela inflexibilidade de um ato complementar de efeito eleitoral, no que diz respeito à cédula oficial, e resolveu que a cédula oficial fosse adotada em 25 Municípios do interior do Brasil.

Ora, se o ato complementar só permitia a cédula oficial em Municípios de população a partir de cem mil habitantes, no instante em que se adotou o regime dessas cédulas oficiais, naqueles Municípios, ficou feita — creio que em caráter definitivo e plenamente válido — a prova do índice populacional, previsto para efeito da remuneração dos vereadores no § 2º do Art. 16 da Constituição Federal.

O Sr. Josaphat Marinho — Até porque, se se negasse esse reconhecimento, as eleições, em tais Municípios, deveriam ser consideradas nulas.

O SR. EURICO REZENDE — Exato! V. Exa. diz muito bem.

Então, a título de colaboração, de-se ler, para a Casa, o texto da Resolução nº 7.943, que poderá ser citado como argumento, quando tivermos de elaborar e votar a lei complementar, conectado com o § 2º do Art. 16 da Constituição Federal.

Diz a resolução:

RESOLUÇÃO Nº 7.943

Processo nº 3.194 — Classe X —

Ditrito Federal (Brasília)

Instruções complementares às de nº 7.903, (utilização de cédulas oficiais nas eleições proporcionais.)

Vistos, etc.

Pelo telex de fls. 20, confirmado pelo ofício de fls. 23, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística comunica que no dia 15 de novembro vindouro as seguintes cidades terão a população estimada em cem mil ou mais habitantes:

1. no Maranhão: Bacabal, Caxias e Vitorino Freire;
2. na Paraíba: Campina Grande;
3. em Pernambuco: Olinda;
4. na Bahia: Feira de Santana;
5. em Minas Gerais: Juiz de

Fora, Governador Valadares, Uberlândia, Uberaba e Montes Claros;

6. no Rio de Janeiro: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, São Gonçalo, Volta Redonda, Petrópolis, Campos e Nilópolis;

7. no Paraná: Londrina, Maringá e Ponta Grossa;

8. no Rio Grande do Sul: Canoas, Pelotas e Santa Maria.

A vista dessa comunicação e nos termos do parecer do Doutor Procurador-Geral, o Tribunal Superior Eleitoral, por votação unânime, resolve:

- 1º) que nas vinte e cinco cidades acima mencionadas serão utilizadas cédulas oficiais nas eleições proporcionais em 15 de novembro de 1966;

- 2º) que o uso das cédulas oficiais, nas cidades enumeradas, se estender à todos os distritos do respectivo município.

Sala das Sessões do Tribunal Superior Eleitoral. — Distrito Federal, 27 de setembro de 1966. — Antônio Martins Vilas Bôas, Presidente e Relator — Antônio Gonçalves de Oliveira — Américo Godoy Ilha — João Henrique Braune — Décio Miranda — Henrique Diniz de Andrade — Amarílio Benjamim — Alcino Salazar, Procurador-Geral Eleitoral.

Esta resolução foi cifrada em decisão unânime do Tribunal Superior Eleitoral. Formou-se, então, a prova, isto é com relação a esses municípios, operou-se a *res judicata*. Mas o IBGE tornou-se flexível em matéria de recenseamento porque, no instante em que ele deixou a figura do recenseamento geral e remeteu o ofício à Justiça Eleitoral opinando especificamente sobre esses 25 municípios, ele está na obrigação de informar, também, a respeito de quaisquer outros municípios não enumerados nesta resolução. Por exemplo, se um município se entende com população superior a 100.000 habitantes, ele terá o direito de por intermédio dos seus poderes públicos — administrativo e político — solicitar a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Porque nós devemos ter, além das capitais e além desses 25 municípios, outras comunas detentoras do índice populacional exigido no § 2º, art. 16, da Constituição Federal.

Esta matéria deverá, então se restituir e as suas relações jurídicas incluídas na lei complementar que vamos elaborar e que vamos votar, a respeito da remuneração dos vereadores.

Sr. Presidente, com estas palavras e trazendo este fato que julgo necessário ao estudo da matéria, desejo renovar aqui a minha confiança de que, brevemente, teremos em tramitação nesta Casa emenda constitucional dando aos vereadores de todo o Brasil a adequada remuneração, cujos índices e limites, serão regulados em lei complementar.

O Sr. Arthur Virgílio — V. Exa. dá licença para outro aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer ouco V. Exa.

O Sr. Arthur Virgílio — Apenas para congratular-me mais uma vez com as palavras de V. Exa. e exaltar o magnífico discurso que vem proferindo neste Senado. Quem ouve nossos debates pode até se impressionar com a veemência com que discutimos pontos de vista. Mas basta que saibamos o que existe de afetivo e pessoal entre nós e de uma admiração que é recíproca. Mas, agora, não estou agindo em função da admiração e amizade que, com carinho, lhe dedico.

E' que V. Exa. acaba de defender, de fato, uma tese que interessa pro-

fundamente a esta Nação e, por isto, não poderia deixar de incorporar palavras de um opositor, de um adversário político ao brilhante discurso que faz neste momento.

O SR. EURICO REZENDE — Senhor Presidente, ia encerrar meu discurso com chave de metal barato, mas verifiquei e constato que — como se outras tantas não bastassem — através do aparte de bondade amazônica emitido pelo Senador Arthur Virgílio, eu o encerro com chave de ouro. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Alvaro Maia.

O SR. ALVARO MAIA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, a Amazônia, o Amazonas ou o Amazonas Ocidental, recebeu do Governo que findou, promessas extraordinárias e até elaboração de leis, que possibilitariam a sua redenção e o amparo da grande raça brasileira que luta no extremo norte, nos rios, nas terras, nos charcos e nas fronteiras.

Na realidade, tivemos ou ouvimos ou lemos as declarações do Senhor Presidente Castello Branco em pontos setentrionais da Nação, em Roraima, em Amapá e em Manaus, traçando as linhas fundamentais da Operação Amazônica.

Por que essa Operação Amazônica? Por que essa inquietação exatamente quase ao fim do Governo? Porque estavam acesas, nos horizontes, verdadeiras ameaças, pelo menos em palavras, sobre a integração territorial da Amazônia, enfim sobre a soberania do Brasil no extremo Norte.

Mas essas declarações, esses discursos, esses planos ficaram, por assim dizer, até agora, em planos. Passados alguns meses, os habitantes daquela região ficaram, certamente, em silêncio e as autoridades não falariam, se nesta hora, a exemplo do que sucede no Nordeste e em outros pontos do Brasil, uma tremenda enchente não descesse dos Andes, dos territórios, de toda parte e inundasse a gleba amazônica.

E, então, naqueles milhões de quilômetros quadrados, aquela população que ali luta para sobreviver na indústria extrativa, na juta e no apanho das castanhas, essa população, pela voracidade das enchentes, encontra-se numa situação dramática, porque a juta, base econômica do Estado, foi sacrificada em setenta a oitenta por cento de sua produção. A borracha está estocada, sem circular nos armazéns e as castanhas também não tem movimento. E o Estado do Amazonas que tem, em linhas gerais, novecentos mil habitantes, não dispõe, no momento, de outra situação ou de outro poder para agir e trabalhar, se a União, pelos órgãos criados em razão da Operação Amazônica, não acelerar alguma coisa de positivo, não acelerar investimentos para dar ao Governo, às indústrias e ao homem da floresta condições para a própria vida.

Acabo de receber telegrama do Governador do Estado, Sr. Danilo de Matos Areosa, mostrando as dificuldades que tem para movimentar a riqueza do Estado, até no porto.

Há cerca de uma semana, o ilustre Senador Edmundo Levi, do meu Estado, traçou o esquema, as dificuldades por que passa a Manaus Harbour Limited e a situação em que se encontra aquela porto de Manaus.

O Governador enviou um telegrama, dirigindo apelo ao Ministro dos Transportes, exatamente para regularizar o funcionamento da Manaus Harbour Limited. O telegrama está vazado nos seguintes termos:

(Lê)

GE-167-67 de 21-3-67 — Em face de notícias contraditórias que circulam nesta cidade referentes ao porto de Manaus, solicito a V. Exa. maior atenção às recentes medidas do Governo Federal, inclusive examinando as consequências que tais atos poderão advir para os cofres da União, estando este Governo bastante interessado no bom funcionamento do porto de Manaus dadas as razões do inteiro conhecimento de V. Exa., informando-o que estou dirigindo-me ao Ministro de Transportes solicitando que seja esclarecida a posição daquela Ministério referente ao Porto de Manaus. Cordiais saudações. — Danilo Duarte Mattos Areosa, Governador do Estado do Amazonas.

Mais adiante, já a Assembleia Legislativa — outro Poder — por intermédio de seu Presidente, Sr. Ruy Araújo, Vice-Governador do Estado lança apelo veemente, a propósito da borracha, em longo ofício, através de discurso proferido por um seringueiro do Jurua, mostrando a verdadeira derrocada, em razão, exatamente, da estocagem dos produtos. Isso tem o aspecto econômico, tem o aspecto desesperador das indústrias locais, dos operários de Manaus, mas tem também outro, talvez mais dramático, que é exatamente o abandono dos seringueiros, enfim, dessa população que é obrigada a partir, desertando e errando a fronteira onde esses seringueiros são os soldados naturais do Brasil.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — O discurso de V. Exa., neste momento, aqui ao meu lado, quando aborda um assunto, um tema da nossa região e, particularmente, do nosso Estado, é assim como que um reencontro. As palavras de V. Exa. merecem o meu mais integral apoio o meu mais vibrante aplauso, porque elas refletem toda a angústia, todo o esforço e toda a luta de uma gente que sempre viveu quase que por si. E eu vejo, neste momento, velho companheiro meu, em cuja companhia empreendi tantas lutas. Embora politicamente afastados, isto não impede que eu proclame as suas virtudes de homem de inteligência e, sobretudo, a sua formação de caboclo, de homem que ama aquela terra, que nela nasceu, que viveu e lutou por ela e agora, com estas nuances de poeta, forma o exórdio do que seria um protesto, chamando a atenção do País para aquela gleba imensa, de tantas possibilidades, de incommensuráveis riquezas, que não foi descoberta por nós mesmos. Porque nós, brasileiros, temos consentido que aquilo que representa uma potencialidade na Amazônia e no Amazonas, continue no amago da terra, ou sobre a terra mas sem dar à Nação o que poderia dar, em progresso, em riqueza, em prosperidade. Em verdade, nobre Senador Alvaro Maia — permita V. Exa. que eu me alongue um pouco neste aparte, porque não desejo interrompê-lo outra vez — V. Exa., mais do que eu, administrador por duas vezes do meu Estado, que pervagou todos aqueles rios, todos aqueles barrancos, todos aqueles lagos, mais do que eu, que me orgulho de conhecer a minha terra; V. Exa., que conhece todos os seus problemas, todos os seus anseios, sabe, ainda mais do que eu, que vivemos uma luta isolada, representamos às vezes a única afirmação da soberania nacional sobre um território imenso, no seringueiro perdido naquelas brenhas, tendo como companheiro apenas as pragas, as fúrias e a solidão. Mas num trabalho persistente e indomável, assegura ele aquele chão como um chão nacional, como chão brasileiro. Sabemos, inclusive, o que representa o esforço do nosso seringueiro, numa atividade anti-

econômica, que apenas lhe dá prejuízo, mas que ele não abandona, talvez impulsionado por um sentido de brasilidade, para afirmar, naquela imensidão territorial, a soberania brasileira, a soberania pátria. Felício V. Exa. por essa estréia, é uma estréia auspiciosa para o Amazonas, que V. Exa. está apresentando, com seu talento, com seus dotes oratórios, para o Senado, e para o Brasil dando volume ao braço imenso que parte de cada um de nós, no sentido de que esta Nação deve voltar suas vistas para aquela região, e aproveitá-la, em seu próprio benefício.

O SR. ALVARO MAIA — Agradeço o aparte do nobre Senador Arthur Virgílio, companheiro de barricadas, soldado de lutas e conhecedor, como eu, das necessidades da vida amazônica.

Mas falava eu, Sr. Presidente, a respeito do apelo ao Poder Legislativo amazônense, feito por intermédio do seu ilustre Presidente, contendo as aspirações do povo amazônense.

O Senado — ouvi mais de uma vez de eminentes Senadores — é uma ressonância. Aqui vêm os clamores, as palavras isoladas e até os queixumes de qualquer brasileiro e de qualquer grupo.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ALVARO MAIA — Com muito prazer.

O Sr. Lobão da Silveira — Ilustre Senador Alvaro Maia, nesta hora em que V. Exa. produz no Senado uma das manifestações mais palpitantes, de seu entusiasmo de brasileiro, quero congratular-me com V. Exa. como representante do Estado do Pará e não somente pelo meu Estado, mas pelas demais unidades, pois V. Exa. foi eleito num pleito memorável, depois de ter exercido o mesmo mandato no Senado em outra oportunidade. V. Exa. está devidamente autorizado por todos aqueles que, na Amazônia, encontram-se também ao nosso lado na causa que defendemos, temos a certeza absoluta. V. Exa. tem o seu passado marcado na região amazônica não só pelas suas vitórias nas urnas como também, quando foi preciso, em 1930, por ter lutado através das armas, com tantos outros brasileiros, como Magalhães Barata, em defesa da Amazônia.

O SR. ALVARO MAIA — Agradeço o aparte do Senador Lobão da Silveira e concedo outro ao meu irmão, vamos dizer, porque também é das florestas, Senador pelo Estado do Acre.

O Sr. Adalberto Sena — Nobre Senador Alvaro Maia, V. Exa. escolheu bem a matéria da sua estréia nesta legislatura.

V. Exa. está defendendo, com ardor, os interesses do Amazonas, seu Estado natal. Mas, na realidade, muito mais porque está pugnando pelas mais justas reivindicações de toda a região amazônica, incluindo-se nela o meu Estado, aquele infeliz e distante ex-Território do Acre. O apelo que V. Exa. está dirigindo às autoridades da República é semelhante a outro que, há poucos dias, recebi de um dos municípios acreanos, de um cidadão que, há bem pouco, era prefeito e que me chamava a atenção para o exódo que se estava verificando nos seringais daquele Município, o de Xapuri, em consequência da atual política da borracha. Esse apelo exprime uma situação desesperadora e mais desesperadora ainda porque significa a perda de uma esperança. O Amazonas e o Acre têm passado por muitas crises na sua economia baseada, como se sabe, quase exclusivamente na borracha. Mas nunca faltou aqueles homens a esperança de dias melhores, a esperança de que tudo fosse como uma nuvem passageira e que, depois, dias melhores surgissem para a reparação de sua economia desgastada. Agora, porém, estou verificando, através das palavras daquele Prefeito, que os seringalistas estão perdendo até a última esperança. Ninguém acredita mais na borracha, por isso, pouco a

pouco, vão abandonando os seringais para procurar trabalho na Capital, onde lhes oferecem atividades agrícolas que, entretanto, talvez não bastem para (suprir no futuro) suas necessidades pois o mercado de consumo ali ainda é muito reduzido e todos sabemos das dificuldades de transportes para os produtos daquela região para outras do País. Nessa carta, também, além desse aspecto desesperador, o missivista chamava a atenção, de uma maneira comovente, para esse ponto que chegou a ser afluído no aparte do nobre Senador Arthur Virgílio: é que, no caso daquele Município, o exódo daquelas populações, que são de uma região fronteira para um país estrangeiro, a Bolívia, ameaça a segurança nacional. Aquêles homens, que já no passado souberam eravar lutas pelas reivindicações do Acre, constituem um núcleo permanente de defesa da nossa integridade e da vigilância das fronteiras da nossa Pátria. Focalizados esses dois aspectos, congratulo-me com V. Exa. por essa tão auspiciosa estréia no Senado, e junto também, ao seu, o meu apelo às autoridades da República para que venham, e venham muito breve, em socorro daquelas populações, que tanto merecem, pelo seu dano e pelos inúmeros sacrifícios a que também se referiu o nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ALVARO MAIA — Agradeço as palavras do nobre Senador pelo Estado do Acre.

O Senador Adalberto Sena, como eu, nasceu nas selvas, no sul do Amazonas; nas selvas, também, no Acre, nasceu o atual Ministro do Trabalho, Sr. Jarbas Passarinho; nasci nas selvas amazônicas do Alto Madeira, perto de Rondônia.

Isso exposto, Sr. Presidente, essas selvas, esses Estados e esses Territórios estão, exatamente, recebendo a defesa, não num sentido regional, mas num sentido brasileiro, para que as autoridades da República olhem para os seringais. Já não analiso simplesmente o aspecto econômico do homem que abandonou a estrada e deixou de produzir alguns quilos de borracha. O Senador Adalberto Sena mostrou, aqui, através da carta de um Prefeito do Estado do Acre, o abandono de um ou de vários seringais. E, se essa região de fronteiras — Javari, Alto Madeira, Acre, enfim — for abandonada, então estão realmente, completamente à vontade, não digo da invasão, mas do domínio estrangeiro, aquelas terras de milhares de quilômetros.

O Sr. Aurélio Vianna — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ALVARO MAIA — Com muita honra.

O Sr. Aurélio Vianna — Sou dos que acreditam que os problemas da região amazônica não são limitados àqueles grandes Estados do Norte; são problemas nacionais. V. Exa. os aborda com muita propriedade e muita segurança. Aliás, a representação dos Estados da Região Amazônica vem-se portando com grande inteligência e muita bravura na defesa dos interesses nacionais ali ameaçados. Mas desejaria de V. Exa. uma explicação: a que atribui V. Exa. o abandono dessa indústria extrativa pelos nossos governantes na Amazônia? É um país, o nosso, de contradições e de contrastes. Há borracha nativa, no Norte do país, afirma-se, em grande quantidade. Há excesso de produção? Há falta de mercados? Há falta de preços compensadores? Porque, noutras regiões do País cria-se a indústria extrativa da borracha, fomenta-se o plantio da árvore que produz a borracha. A que, portanto, V. Exa. atribui essa situação que, segundo nós acabamos de ouvir, é desesperadora e ameaça a economia de grandes Estados do extremo norte do País?

O SR. AVILA MAIA — Agradeço o aparte do nobre Senador Aurélio Vianna, tenho a dizer que essa história da borracha vem de longos

anos. Primeiramente, sabe V. Exa., a borracha era quase um privilégio da Amazônia. Também sabe V. Exa. que, depois, as sementes emigraram, foram para o Oriente, para a Índia, para o Ceilão e lá se formaram grandes seringais, estabelecendo-se, naturalmente, concorrência à produção brasileira. Na ocasião, houve uma crise pavorosa no Norte do País, isto é, na Amazônia, e a borracha decresceu, mais ou menos, naquele tempo, de 5,6 cruzeiros, ou mil réis, para 800 réis, com o que era impossível manter um seringueiro. Houve, depois, uma reação, que se acentuou temporariamente, durante a guerra, porque os americanos, os aliados queriam borracha, queriam pneus para prosseguir a luta e ela se manteve num certo preço. Mas pouco depois, nobre Senador, outras plantações, o que é natural, surgiram no Brasil, principalmente na Bahia, bem como outras formas de produzir borracha para certos empreendimentos industriais, como, por exemplo, a borracha sintética. De modo que o uso da borracha diminuiu, foi diminuindo no Vale amazônico, principalmente na Amazônia ocidental. Não eram as indústrias extrativas e não era a necessidade dos seringueiros, dos trabalhadores supridos por outro modo de ação, porque realmente não havia mais couros e peles, perseguição de animais silvestres e, em certos pontos, castanhões. Decaiam, e hoje a extração da borracha amazônica, principalmente na Amazônia ocidental, é pequena. Mas defendemos essa produção, justamente pela necessidade de manterem-se no local esses seringueiros, até como se fossem soldados. Ainda há pouco, mais ou menos três meses, os nossos Oficiais do Exército, na fronteira do norte, vizinha ao Pará, aprestaram indígenas, militarizando-os, para que eles defendam a fronteira.

E o ponto que estou defendendo que nós defendemos; não é o seringueiro em si, pela questão econômica, embora seja relativamente importante, mas é para manter o homem lá.

Agora V. Exa. vai para o outro lado da fronteira, para o lado do Peru. Não vou elogiar as autoridades peruanas, em detrimento das nossas, na realidade, e todos devem saber, o Governo peruano olhou para a serpa, baixou a lei dos investimentos econômicos, e o que vemos hoje? Essa região do Peru, vizinha ao Javari, está absorvendo, ano a ano, a produção brasileira e até o produtor brasileiro.

Devo informar que, em campanha política, há quatro meses, estive na fronteira da Colômbia, através de Catalinas, e lá ouvi de sacerdotes salesianos e de outras autoridades que três mil brasileiros, indígenas brasileiros, educados, instruídos pelo dinheiro brasileiro, trabalhavam na Colômbia.

Por que trabalham na Colômbia? Esses índios, embora índios puros civilizados, naturalmente com uma educação primária, não encontram trabalho no Brasil e lá na Colômbia acham trabalho, lutam e naturalmente vão para lá exercer as suas atividades. Somente em férias é que vêm ao Brasil.

Enquanto a Colômbia e, principalmente, o Peru povoam suas fronteiras até com elementos brasileiros, o Brasil, nesta hora de "Operação Amazônia", nesta gritaria contínua de internacionalização da Amazônia, o Brasil fica com suas fronteiras desertas pelo abandono de seus filhos.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ALVARO MAIA — Pois não. O Sr. Aurélio Vianna — Estou me alegrando a mim mesmo por ter provocado este novo pronunciamento explícito de V. Exa. Agora verifico que o discurso de V. Exa. tem importância muito maior do que no início nós poderíamos imaginar. E,

então, agora, minhas convicções se consolidam ainda mais quando verifico que, na verdade, está em jogo, aí sim, a própria segurança nacional. Se uma região imensa como aquela, de população rarefeita, é vítima do exódo das suas populações, então a coação dos países superpovoados, e ninguém sabe, nos subterrâneos de política das grandes potências, o que se passa, neste momento, em torno daquela vastíssima região — cresce, aumenta. Então, a representação amazônica está prestando um grande serviço ao País, ao Brasil brasileiro com essas denúncias, que vêm em série. E a gente verifica, então, a criação de uma frente amplíssima de defesa dos interesses nacionais que estão sendo relegados a segundo plano — ou vêm sendo — naquela região que é o grande patrimônio das gerações futuras, o grande patrimônio que nós vamos entregar às gerações que nos sucederão. Parabéns a V. Exa. Segundo as palavras dos nossos colegas da Amazônia pelos acertos e pela motivação do seu discurso, pronunciado nesta hora.

O SR. ALVARO MAIA — Obrigado, Senador Aurélio Vianna.

Concedo o aparte ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio — Senador Alvaro Maia, em verdade esta a grande tese pela qual venho-me batendo desde que cheguei ao Senado Federal. Não será demais repetir o que disse há pouco, a V. Exa., no primeiro aparte: tirante os heróicos pelotões de fronteira, localizados — por exemplo — em Tabatinga, e em outras regiões da Amazônia, e também o Exército faz sua presença ao longo da nossa imensa fronteira com países da América Latina, a única afirmação da soberania nacional é o isolado, o insulado e o bravo seringueiro, e o não menos isolado insulado e bravo seringueiro. Que lá ficam, mantendo o domínio da terra para esta Nação. Mas eu gostaria ainda à resposta lúcida e valiosa que V. Exa. deu ao aparte do Senador Aurélio Vianna: condições econômicas, inflação, aumento de gêneros alimentícios, dificuldade para levar homens para a exploração de seringais, tudo formando um conjunto negativo, transformou os seringais silvestres em atividades anti-econômicas. Não é o seringal de plantio, o seringal cultivado, mas aquele em que os seringueiros não são colocados no solo simetricamente e nem tão maltratados como aquelas das famosas estradas, que sabemos como são e que poucos, talvez, nesta Nação têm idéia de como são. Não são tão maltratadas como as nossas seringais de estrada, dão uma produção maior um rendimento maior. Agora a gente os seringueiros, ou os seringalistas, de não ter produzido seringais de cultivo, seria ridículo para todos nós que conhecemos o que custa um investimento. Tal classificação só pode ser tachada de ridícula. Um seringal de cultivo só pode ser plantado pela Firestone, pela Goodyear, pela Pirelli, que vão usufruir da sua produção e do benefício de sua própria indústria. E, lamais, se farão, no Amazonas, ou no Acre, ou em qualquer outro Estado, seringais de cultivo, sem o apoio decisivo e maciço, em dinheiro, do poder público. E acrescento mais: numa hora em que o Estado atravessa esta crise econômica, em que a produção da borracha passa por esta crise, é contraproducente a transformação do Banco da Amazônia que deixa de ser Banco de financiamento da produção, do beneficiamento e de outras atividades, para se transformar em estabelecimento de crédito, como muitos que a Nação já possui e que, portanto, não precisa mais aumentar.

O SR. ALVARO MAIA — Agradeço o aparte do nobre Senador Arthur Virgílio, ao qual quero adiantar algumas considerações a respeito do plantio de seringueiras.

De acordo com um cálculo antigo, nas florestas amazônicas existem mais de trezentos milhões de seringueiras, situadas longe uma das outras o que constitui um defeito. O planejamento certo, portanto, para a vitória da produção, seria no sentido de que essas árvores se aglomerassem, isto é, estivessem próximas uma das outras, como aconteceu em Celão. Mas, no Vale Amazônico sabe V. Exa., nobre Senador Arthur Virgílio, que nós temos, como demonstração, plantações apenas de pequenas seringueiras isoladas. A empresa Ford, em pleno Rio Amazonas no Tapajós, investiu milhões de dólares e, por fim, depois de tanto trabalho, manteve em Fordlandia alguns técnicos. Confessando posteriormente, sua impotência, entregando os seringueiros de Fordlandia a outro explorador qualquer.

Isto leva à seguinte conclusão ou seguinte graça: há dias, nos Planos da SUDAM, sobre a inversão de grandes importâncias, milhões de cruzados novos, no plantio de 10.000.000 de seringueiras. Isto acontece na hora em que o seringueiro abandona os seringueis, na hora em que o seringueiro abandona a fronteira, na hora em que há a penetração do estrangeiro. Nesta hora, em vez de segurar o seringueiro, que é um baluarte, na sua caserna, no seu posto de trabalho, vamos plantar milhões de seringueiras e deixar que ele abandone sua barraca, sua família, seu país e a fronteira do Brasil.

Esta é verdade, em relação aos seringueis plantados, ilustre Senador Arthur Virgílio.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, estou no Senado há quase dois meses e tenho acompanhado, com atenção, os discursos, principalmente dos meus companheiros de representação aqui e na Câmara. O ilustre Senador Jarbas Passarinho, atual Ministro do Trabalho, num grande discurso proferido no Senado, disse, mais ou menos, — parafraseando Monteiro Lobato — que o habitante do Amazonas, o caboclo do Amazonas sempre viveu de côcoras. Quando vai apanhar a extração, ele fica de côcoras; quando vai defumar a borracha, também está nessa posição. Portanto, sempre está de côcoras. Mais tarde, na Câmara dos Deputados, um Deputado pelo Amazonas, Bernardo Cabral, moço e de valor, declarou, mais ou menos a mesma coisa — que o caboclo do Amazonas, o trabalhador de lá, está sempre de cabeça baixa. Se vai pescar, de cabeça baixa; se vai defumar a borracha, de cabeça baixa; se vai apanhar a castanha, de cabeça baixa. Mas, Sr. Presidente, esse homem de cabeça baixa ou esse caboclo, não isolado, não surgiu assim por misteriosa fonte raiada. É o produto, hoje, de correntes nordestinas e de coragem e de ação.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. ALVARO MAIA — Com muito prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Quero interromper o louvor que V. Exa. começa a fazer ao caboclo da Amazônia para lhe dizer, com a maior ênfase da minha, do meu contentamento em ver V. Exa. ocupar uma cadeira no Senado, representando o Amazonas. Não tenho medo de confessar a minha idade. Penso que V. Exa. também não o terá. De modo que julgo oportuno o momento para declarar a V. Exa. a alegria e o orgulho que sinto na sua eloquência, nesta tarde. É a mesma eloquência daquela jovem amazonense que conheci, em Manaus, de vida pública irrepreensível, de vida intelectual entre as mais fulgurantes do Amazonas, reafirmando aqui, com o poder verbal de que é possuidor, o seu nunca, jamais desmentido amor à sua terra. Falaram no Senado, várias vezes in-

tegradas na vida da Amazônia. Quero trazer também a contribuição de uma palavra que não é do Amazonas. Posso dizer, de público, de mau encanto pela grande e nobre terra do Amazonas, pela grande e nobre gente que ali habita, defendendo, paíno a palma, a terra amazônica, não só da coíba estrangeira, como garantindo a posse dos brasileiros. V. Exa. retoma o seu lugar no Senado Federal. Esteja certo de que todos nós aplaudimos a sua oração e todos estamos prontos a colaborar com V. Exa. e com a Bancada do Amazonas, do Pará e do Acre, para a definitiva integração da Amazônia na civilização brasileira.

O Sr. ALVARO MAIA — Agradeço as palavras generosas do Senador Aloysio de Carvalho que eu conheci, há muito tempo, no Amazonas, lutando, trabalhando e dirigindo a Imprensa Oficial do Estado. Agradeço e posso dizer a S. Exa., companheiro naquela época, que procurei aqui servir, no que foi possível, ao nosso País e ao Amazonas e, em homenagem a ele, à própria Bahia.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. outro aparte?

O Sr. ALVARO MAIA — Com prazer.

O Sr. Arthur Virgílio — De tal forma é o interesse que seu discurso está provocando no Senado que já o interrompi com dois apartes e darei, agora, o terceiro. No momento em que V. Exa. lança este alerta ao País, a propósito do que poderá acontecer se a Amazônia, e em particular o Amazonas, forem abandonados, quero citar reportagem que saiu num grande jornal de São Paulo, que mandei buscar, de propósito, para incorporar ao seu discurso. A "Folha de São Paulo", num volumoso suplemento especial de 16 de abril de 1967 sem qualquer laivo de interesse comercial senão o interesse patriótico, publica o seguinte: "Diagnóstico sobre a Amazônia: um vasto cheio de riquezas". Então, aprecia o extrativismo mineral, o extrativismo vegetal, o extrativismo animal, a agropecuária, a indústria, o abastecimento, o comércio, os serviços de transportes, os setores do Governo, da energia, de comunicações, as riquezas naturais, as riquezas minerais, as riquezas vegetais, etc. etc. Representa, assim, alta contribuição que um grande jornal, do maior Estado da Federação, presta ao Governo ou aos governos, tanto federal como estadual, numa contribuição inestimável, porque chama a atenção para o que ali existe de potencialidade em riquezas e potencialidade em riquezas completamente abandonadas.

O Sr. ALVARO MAIA — O aparte do Senador Arthur Virgílio elucidado, em relâmpago, o que está confuso, o que muitos brasileiros desconhecem, mas conhecem os estrangeiros, no Vale Amazônico.

Quando falamos em Amazônia, principalmente Amazônia ocidental, o que passa pela cabeça, principalmente dos moços, é que aquilo é a terra da borracha.

A Folha de São Paulo, jornal técnico que acaba de ser lido pelo Senador Arthur Virgílio, vem provar que naquele subsolo — como também provam cientistas americanos e técnicos de outras procedências — temos minérios, petróleo, já em exploração, por exemplo, na Rondônia e no Tapajós. E, nesta hora em que se fala em "Operação Amazônia", em abandonar as fronteiras, permitir que os seringueiros abandonem seringueis, porque não têm com que viver, isso é um crime contra a brasilidade. Como disse a publicação, não há invasão mas há o domínio estrangeiro.

Aqui está — e peço licença para citar — um deputado pelo Amazonas, o Sr. José Esteves que, há poucos dias, em discurso na Câmara declarou que,

percorrendo o Baixo Amazonas, encontrou os moradores, porteiros, caboclos abandonados e perseguidos. Esses caboclos — dizia ele — quando souberam, por alto, que a Amazônia seria internacionalizada — porque muito se falou nisso e ainda se fala, em que o Amazonas passaria, vamos dizer, para o domínio americano ou de outro país qualquer, mas é esse o de que se fala mais, embora seja mentira, ilusão ou sonho — ficaram satisfeitos, sorriam e fumaram o seu cigarro de palha.

Acredito que esses caboclos fizeram isso — tiraram e fumaram cigarros de palha, — por uma brincadeira de momento, para ser agradáveis ao Deputado José Esteves, porque, na realidade, aqueles caboclos, aqueles nordestinos, aqueles filhos de índios, são patriotas como o são os gaúchos, como o são os brasileiros de outras procedências, e se às vezes eles têm revolta, é porque vivem em situação íglica, dramática na sua própria família. Por exemplo, na fronteira do Javari: Tabatinga de um lado, é território nosso, e Letícia de outro, pequena cidade colombiana. Como sabemos todos, os brasileiros saem de Tabatinga — onde há até um contingente militar do Exército — por uma estrada arruada, casaca de um lado e de outro, e vão trabalhar na Colômbia, vão ser operários colombianos, e os seus filhos, por falta de escolas suficientes no lado brasileiro, vão estudar na Colômbia.

Aprendem as primeiras orações em espanhol, aprendem os primeiros pontos cívicos em espanhol e, depois, naturalmente, voltam às suas casas. No fim, se continuam trabalhando lá como operários como seus pais, eles, seja como for, não de ter gratidão e grande admiração por essa gente que lhes deu educação, remédio, enfim, os pontos essenciais à vida.

E mais: os Srs. Senadores sabem, melhor do que eu, que a grande força de domínio é o idioma. E o brasileiro que vai para a fronteira, para aprender nas escolas colombianas — e o colombiano faz bem em recebê-lo, porque está semi-abandonado — esse brasileiro que aprende suas orações em espanhol, que aprendeu o hino da Colômbia ou do Peru, em espanhol, no desdobrar da sua vida, embora venha para o Brasil, terá sempre muito de gratidão a esse povo que o recebeu.

E ainda outro ponto: os peruanos e colombianos estão facilitando terras. Possuímos aqui uma lei agrária que não foi executada plenamente; lá existe uma lei agrária que está sendo executada. O brasileiro, uma vez naturalizado, tem direito a um pedaço de terra para poder viver, para poder plantar.

São, como diz o francês, a rã de passar, as explicações de como é a nossa fronteira. Não venho acusar nossas autoridades neste momento, nem venho para cá com calor passionista. Nesta hora, as nossas Forças Armadas olham muito para as fronteiras e para aquela região, principalmente para a região do Rio Negro.

Não possuímos, por exemplo, pistas condignas para pouso de aviões. Nas que possuímos — os nobres Senadores Arthur Virgílio e Adalberto Sena sabem disso — os passageiros são sacrificados, jogam com suas vidas. Quando chove, o avião não pouso e se pouso, tira um pneu e pode espatifarse no solo. Enquanto isso sucede, Sr. Presidente e Senhores Senadores, lá em Letícia, o colombiano está utilizando campos de pouso asfaltados para grandes aviões a jato que unirão Letícia à capital colombiana. Pergunto eu — não porque pense que peruanos e colombianos vão exercer posse e, afinal de contas, um domínio extraordinário sobre a economia brasileira — mas não será um estor-

nelamento, um abandono trágico, quase criminoso dos nossos soldados, seringueiros que lá se encontram que são, pela própria vida, o soldado e defensor da nossa terra?

Devo dizer que cada seringueiro, embora pacífico, embora amigo do peruano — ou pelo menos que residu do outro lado — tem pendurada na sua barraca, um rifle, uma espingarda, para caçar, naturalmente, mas na hora "H" são os mesmos sertanejos, os mesmos homens, até os de menor idade, que pegam em armas, como na questão do Acre e até mesmo no próprio Javari, na questão das fronteiras.

Defendo, portanto, o nosso caboclo, como disse há pouco, não apenas do ponto de vista econômico, mas pela necessidade de mantê-lo no seu posto, nesta hora em que se fala em internacionalização, em que se tem medo até de chinês que venha para cá com bombas atômicas, porque lá não há terras e aqui as temos em excesso, para que possamos ter uma defesa natural em bem de nossa terra.

Sr. Presidente, sei que V. Exa. está me olhando com olhos de interrogação, mas vou terminar prometendo terminar noutra oportunidade.

Agradeço, por assim dizer na metade do que tinha a falar, os apartes nobilitantes à minha pessoa, mas sobretudo, o sentido desses apartes. Vejo que, neste momento, nossa realidade não é o caboclo do Amazonas, não é a fronteira aqui ou acolá, mas sentimos, pela voz dos nobres Senadores, que o que há é o Amazonas como Brasil e o Brasil acima de tudo. (Muito bem. Muito bem.) (Palmas). O orador é cumprimentado.

Documentos a que se refere o Senador Alvaro Maia em seu discurso.

Manaus, 27 de março de 1967.

Senhor Senador:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência a inclusa cópia autenticada do requerimento da autoria do Sr. Deputado Renato de Souza Pinto, aprovado pelo Plenário deste Poder, em reunião do dia 17 do mês em curso.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus elevados protestos de consideração e muito distinguido apreço. — Ruy Araújo, Vice-Governador do Estado e Presidente da Assembleia Legislativa.

Cópia autêntica — Requerimento — Senhor Presidente: Requeiro na forma regimental, ouvida a Casa, seja enviado a cada Representante do Amazonas, no Senado e na Câmara Federal, o seguinte telegrama: "Deputados Amazonenses atendendo legítimas aspirações nosso povo apelam patrioticamente vossência sentido desenvolver máximos esforços para obtenção alvará funcionamento Federação Amazonense Futebol junto Conselho Nacional Desportos et respectiva filiação novel entidade junto Confederação Brasileira Desportos pt apelo representa consenso unânime plenário onde foi aprovado et seu atendimento constituirá parcela inestimável serviços em favor esporte nossa terra pt muito agradeceríamos além interesse sabemos não era faltar desse conhecimento esta assembleia demarches erlaizadas pt". Requeiro, outrossim, que além da expedição do telegrama seja enviado ofício capeando cópia do mesmo. Sr. da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 17 de março de 1967. aa) Renato de Souza Pinto — Deputado — Francisco Guedes de Queiroz — João Bosco Ramos de Lima — Léa Alencar Antony — Ismael Benigno — Natansel Benito Rodrigues — Mário Silva d'Almeida — Alfredo Augusto Pereira Campos — Darcy Michiles — Wilson Paula de Sá — Rafael Faraco

— João Valério de Oliveira — Rossine Barbosa Lima — Sérgio Pessoa Neto — Danilo de Aguiar Corrêa — Ruy Araújo — Francisco Doral Vieira — Theomário Pinto da Costa — Alvaro Maranhão — Osvaldo Tennyson Chaves Monteiro — José Cidade de Oliveira — Tupinambá de Paula e Souza — Júlio Furtado Balém — Homero de Miranda Leão — José Austregésilo Mendes — Augusto Pessoa Montenegro — Aprovado pelo Plenário. Oficie-se à Representação do Amazonas no Senado e Câmara dos Estados. Em 17-3-67 — a) Ruy Araújo — Presidente — A Secretária — Em 21 de março de 1967 — a) W. Bastos — D. Geral, em exercício. — A Sec. da Diretoria — Em 21-3-67 — a) E. D. Tavares — D. da Secret. em exercício.

Seção da Diretoria da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 21 de março de 1967.

Confere com o original. — Francisca Mendes de Oliveira, Oficial Administrativo.

Está conforme. — Cleide dos Santos T. dos Reis, Chefe de Seção, em exercício.

Visto. — Elsa W. Soares, Diretor da Secretaria, em exercício.

Manaus, 3 de abril de 1967.

Senhor Senador:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência a inclusa cópia autenticada do requerimento formulado pelo Sr. Deputado Francisco Guedes de Queiroz, deferido pela Mesa deste Poder, em reunião do dia 21 do mês próximo passado.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinguida consideração. — Ruy Araújo, Vice-Governador do Estado e Presidente da Assembleia Legislativa.

CÓPIA AUTÊNTICA — REQUERIMENTO — CONSIDERANDO que se encerrou, com a vigência da nova Constituição, o ciclo revolucionário para ceder ao Estado legalitário; **CONSIDERANDO** que a ascensão ao Poder de Sua Excelência o Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA, consolidou as esperanças de normalização do regime e abre perspectivas de diálogo democrático com todas as camadas sociais, que participam da vida econômica, cultural e social do país; **CONSIDERANDO** que esse desideratum não é apenas um postulado do Movimento Democrático Brasileiro ou da Aliança Renovadora Nacional, mas um anseio incontível de todo o povo que plasmou a sua formação e a sua história nos ideais da liberdade, da solidariedade humana e da democracia; **CONSIDERANDO** que um dos objetivos apregoados pela Revolução de 1964 era a restauração da Democracia em toda a sua plenitude, que não se conforma com os extremismos da direita ou da esquerda; **CONSIDERANDO** que a opinião pública reclama, por todas as suas vozes, a revisão das novas leis da imprensa e da segurança nacional, acrescentando que o último diploma legal, editado através de um decreto-lei, não teve a audiência do Congresso Nacional, que é, em última análise, o Poder que mais imediatamente representa o povo; **REQUEIRO** seja oficiado ao Presidente da República e aos líderes de nossa bancada da Câmara Federal e no Senado, transmitindo, com a cópia deste requerimento, um apelo veemente no sentido de se promover a revisão do decreto-lei de segurança nacional e da Lei de imprensa. — PAÇO DA ASSEMBLEIA, 20 de março de 1967. — Francisco G. de Queiroz — Líder do MDB. — João Bosco Ramos de Lima, Natanael Rodrigues, Mario Silva D'Almeida, Andrade Netto, Renato de Souza Pinto e João Valério. — Deixou de ser votado por falta de "quorum". Submetta-se a votos no Plenário da próxima reunião. — Em 20-3-67. — Ruy Araújo — Presidente — Deferido pela Mesa, em

face da eliminação da cláusula "ouvido o Plenário". — Em 21 de março de 1967. — Ruy Araújo — Presidente — A Secretária — 27-3-67. — W. Bastos — D. Geral, em exº — A Sec. da Diretoria. — 27-3-67. — Elsa Dantas Tavares — D. da Secretaria, em exº.

Seção da Diretoria do Expediente, em Manaus, 29 de março de 1967.

Confere com o original: Maria Idália Queiroz Monteiro, Escriturário. — Está conforme: Cleide dos Santos T. dos Reis, Chefe da Seção, em exº — Visto: Elsa W. Soares, Diretor, em exº.

Manaus, 5 de abril de 1967.

Senhor Senador:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência a inclusa cópia autenticada do requerimento formulado pelo senhor Deputado Vinicius Conrad, aprovado pelo Plenário deste Poder, em reunião do dia 21 do mês recém findo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinguida consideração. — Ruy Araújo, Vice-Governador do Estado e Presidente da Assembleia Legislativa.

CÓPIA AUTÊNTICA — Senhor Presidente, Senhores Deputados: Representante e filho de um Município de uma região, cuja vida econômica e social dependem quase que exclusivamente da borracha, venho pedir o interesse desta Casa, para a afiliva situação em que se encontram os seringalistas e seringueiros do Amazonas, que há mais de um mês sofrem as consequências originadas pela nova regulamentação imposta pela Lei número 5.227, de 18 de janeiro de 1967, com a total paralisação dos negócios com o produto. Ocorrendo tal anomalia, justamente num período de crise financeira e em que se fazem os preparativos para o início das novas safra no interior, muitos dos produtores que têm compromissos a pagar já vencidos, não têm a quem venda o seu produto desde o dia 17 de fevereiro passado, muito embora a Lei 5.227 haja atribuído à Superintendência da Borracha, como é sabido, a obrigação de comprar o produto ou adotar providências e medidas para facilitar a comercialização do mesmo. Já no dia 6 deste mês o "Diário da Tarde" desta Capital tecia oportunas considerações sobre o assunto, estranhando que o Sr. CASSIO FONSECA, que é um dos responsáveis pela SUDEB, ainda não houvesse procurado dar uma solução adequada a tão grave e momentosa questão, sobretudo dava ênfase a uma declaração, de que o BRASIL, está precisando este ano de 100.000 toneladas de borracha para o seu consumo interno. Senhor Presidente, Senhores Deputados: Enquanto afirmações como esta, de algum modo nos alegrem, por ser a borracha o produto básico da economia amazônica, enquanto a SUDAM, segundo noticiário dos jornais, se propõe a plantar 10.000.000 de seringueiras na Amazônia, numa prova cabal e inofensível de que a hãvea é matéria prima necessária e indispensável às indústrias e ao desenvolvimento do País, destitui-se, desencoraja-se, anula-se o esforço e o trabalho do homem que produz a borracha no interior, procura-se com indiferença e desdém deste, aumentar os sofrimentos e as dificuldades já quase desesperadas de milhares de seringueiros, que em toda a Amazônia, exercem condições extremamente precárias, de verdadeiro sacrifício e miséria o seu duro e árduo mister. É preciso que nós, os Representantes do Povo do Amazonas, deste Povo em que se integram parcelas apreciáveis dos artífices da borracha, nos apercebamos da grave situação em que eles se encontram, em que estão seringalistas, vendedores e todos aqueles que têm ne-

gócios relacionados com o produto que há mais de um mês sujeitos a quebra e outras despesas, se encontra retido em armazéns ou nos porões de embarcações nos portos de MANAUS e ITACOATIARA, acarretando graves prejuízos par seus responsáveis e para a vida do próprio Estado. Em face do que acabo de expor, REQUEIRO, ouvida a Casa, sejam endereçados telegramas ao Presidente ARTHUR DA COSTA E SILVA e aos elementos de nossa bancada nas duas Casas do Congresso, no sentido de ser dada imediata solução ao momento assunto. SR. da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 20 de março de 1967. — Vinicius Conrad — Deputado. — Aprovado pelo Plenário. Oficie-se. Em 21-3-67. — Ruy Araújo Presidente — A Secretária — 27-3-67. — W. Bastos — D. Geral, em exº — A Sec. da Diretoria 27-3-67. — EDTavares — D. Secretária, em exº.

Seção da Diretoria de Expediente da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 30 de março de 1967. — Confere com o original: Valério de Carvalho Neto, Oficial Administrativo. Est. conforme: Cleide dos Santos T. dos Reis, Chefe de Seção, em exº. — Visto: Elsa Santos Tavares, Diretor da Secretaria, em exº.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Arthur Virgílio
Sebastião Archer
Petrônio Portela
Wilson Gonçalves
Ruy Carneiro

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de Requerimento de Informações.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 259, de 1967

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior informações sobre as obras de eletrificação no Estado de Sergipe, a cargo da Comissão do Vale do São Francisco.

(DO SR. JULIO LEITE)

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos e prazos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior, as seguintes informações:

1. Quais os recursos destinados a eletrificação no Estado de Sergipe, consignados durante os três últimos exercícios, através da Comissão do Vale do São Francisco;
2. Das importâncias a que se refere o item anterior, quais as quantias efetivamente aplicadas, discriminando-se:
 - a) os municípios beneficiados;
 - b) as obras executadas;
 - c) o montante da aplicação dos recursos, discriminadamente por município.
3. Se os municípios de Brejo Grande, Ilha das Flores e Pacatuba, no Estado de Sergipe, receberam algum auxílio destinado à eletrificação, e, em caso afirmativo, se os mesmos foram pagos diretamente às Prefeituras interessadas ou aplicados através da Comissão;
4. Quais as obras de eletrificação já realizadas no Estado de Sergipe pela Comissão do Vale do São Francisco, e quais as iniciativas programadas por esse órgão, no setor energético.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1967. — Senador Júlio Leite.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O Requerimento lido vai à publicação e, em seguida, será despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre o mencionado requerimento que será lido pelo 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 260, de 1967

Nos termos do artigo 261 do Regimento Interno, solicito à Mesa as necessárias providências, no sentido de ser reconstituído o processo relativo ao Projeto de Resolução nº 26-66.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1967. — Senador Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A respeito do requerimento a Presidência tomará as devidas providências. (Pausa).

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 16, de 1967, do Projeto de Lei da Câmara nº 211, de 1966 (nº 1.884-B-64 na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir a Presidência da República o crédito especial de NCR\$ 7.714.834,29 (sete milhões setecentos e quatorze mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros novos e vinte e nove centavos), para aplicação em obras do Plano do Carvão Nacional.

Em discussão a redação final. (Pausa).

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Assim, encerrada a discussão, sem emendas, e não havendo requerimento no sentido de que a redação final seja submetida a votos, é ela dada como definitivamente aprovada, sem votação, em conformidade com o Regimento Interno.

O projeto vai à sanção.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 136, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 211, de 1966 (número 1.884-B-64 na Casa de origem) Relator: Sr. João Abrahão.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 211, de 1966 (nº 1.884-B-64, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de NCR\$ 7.714.834,29 (sete milhões setecentos e quatorze mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros novos e vinte e nove centavos), para aplicação em obras do Plano do Carvão Nacional.

Sala das Sessões, 11 de abril de 1967. — José Leite, Presidente. — João Abrahão, Relator. — Antônio Carlos.

ANEXO AO PARECER Nº 196-67

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 211, de 1966 (número 1.884-B-64 na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de NCR\$ 7.714.834,29 (sete milhões, setecentos e quatorze mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros novos e vinte e nove centavos), para aplicação em obras do Plano do Carvão Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de NCR\$ 7.714.834,29 (sete milhões, setecentos e quatorze mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros novos e vinte e nove

mativos), correspondente a diferença entre a percentagem de 1,5% (um e meio por cento) das rendas tributárias efetivamente arrecadadas e as dotações orçamentárias consignadas para a execução do Plano do Carvão Nacional e custeio dos serviços nele compreendidos, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei número 2.869, de 24 de dezembro de 1960, sendo NCR\$ 4.162.650,11 (quatro milhões, cento e sessenta e dois mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros novos e onze centavos) relativos ao exercício de 1961, e NCR\$ 3.552.184,18 (três milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, cento e oitenta e quatro cruzeiros novos e dezoito centavos) do de 1962.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

Item 2

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 8, de 1966, de autoria do Sr. Senador Edmundo Leal, que introduz alterações no Código Eleitoral, tendo Parecer, sob número 1.140, de 1966, da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de ser sobrestado o andamento do processo, até que se defina, em termos constitucionais, o caráter da eleição presidencial. O projeto dispõe sobre o procedimento do eleitor que residir fora do seu domicílio eleitoral, para votar nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, ficou supulado com o advento da nova Constituição, que estabeleceu a eleição indireta para esses postos. Assim, é considerado prejudicado. Será arquivado.

2.º o seguinte o projeto prejudicado:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 8, DE 1966

Introduz alteração no Código Eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passando a § 4º o atual § 2º, acrescenta-se ao art. 143 da Lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, que instituiu o Código Eleitoral, o seguinte:

“§ 3º Nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, o eleitor que residir fora do seu domicílio eleitoral votará na seção designada pelo juiz da zona da sua residência. Quando, porém, se realizarem eleições para outros cargos e não puder ele estar presente, o eleitor comparecerá perante o juiz eleitoral da jurisdição da sua residência, até 30 (trinta) dias após a realização do pleito, para a devida justificação de ausência.”

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 198, de 1967, do Projeto de Resolução nº 32, de 1967, que dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 49, de 1966, que autorizou o Governo do Estado da Guanabara a contrair empréstimo com os Estados Unidos da América através da Agência para o Desenvolvimento Internacional (A.I.D.).

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

da como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 198, DE 1967

Da Comissão de Redação.

Redação final do Projeto de Resolução nº 32, de 1967.

Relator: Sr. Bezerra Neto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 32, de 1967, que dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 49, de 1966, que autorizou o Governo do Estado da Guanabara a contrair empréstimo com os Estados Unidos da América através da Agência para o Desenvolvimento Internacional (A.I.D.).

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Lobão da Silveira.

ANEXO AO PARECER Nº 198-67

Redação final do Projeto de Resolução nº 32, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, inciso V, da Constituição Federal, e eu, ... Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1967

Dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 49, de 1966, que autorizou o Governo do Estado da Guanabara a contrair empréstimo com os Estados Unidos da América através da Agência para o Desenvolvimento Internacional (A.I.D.).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 2º da Resolução número 49, de 1966, que autorizou o Governo do Estado da Guanabara a contrair empréstimo com os Estados Unidos da América através da Agência para o Desenvolvimento Internacional (A.I.D.), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º E' o Governo do Estado da Guanabara igualmente autorizado, através da Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN), a contrair empréstimo com os Estados Unidos da América, através da Agência para o Desenvolvimento Internacional (A.I.D.), no valor de US\$ 2.464.000,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil dólares), para a realização do Programa de Equipamento para a Manutenção de Escolas, a ser resgatado, com período de carência fixado em dois anos e meio, no prazo de 20 (vinte) anos, à taxa de juros de 5,5% (cinco e meio por cento) sobre o saldo devedor e sobre qualquer parcela de juros vencida e não paga.”

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim)

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 199, de 1967) do Projeto de Resolução número 33, de 1967, que suspende a execução do inciso VI do art. 40 da Lei nº 1, de 13 de setembro de 1947, do Estado de São Paulo.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

Em discussão, a redação final. Não havendo emendas, para requerer o prazo que a lei nº 4.737, de 16 de julho de 1965, instituiu o Código Eleitoral, a votação é aberta.

independentemente de votação, de acordo com o Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a Redação final aprovada:

PARECER Nº 199, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 33, de 1967.

Relator: Sr. Bezerra Neto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 33, de 1967, que suspende a execução do inciso VI do art. 40 da Lei nº 1, de 13 de setembro de 1947, do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Lobão da Silveira.

ANEXO AO PARECER Nº 199-67

Redação final do Projeto de Resolução nº 33, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, inciso IV, da Constituição Federal, e eu, ... Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1967

Suspende a execução do inciso VI do art. 40 da Lei nº 1, de 13 de setembro de 1947, do Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E' suspensa, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida na Representação nº 675, a execução da alínea VI do art. 40 da Lei nº 1, de 13 de setembro de 1947, do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE

(Guido Mondim) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Aurélio Viana (Pausa). — S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o Sr. Arthur Virgílio (Pausa). — S. Exa. desiste da palavra.

Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch (Pausa). — S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente na sessão passada, fiz remissão à solicitação originária do município de Corumbá, sobre a paralização das obras da Rodovia 263, que daquela fronteira demandava ao interior do nosso país. E sintomático — por que não dizer alentado? — ao início de um novo Governo, começar-se a receber solicitações de diferentes áreas do Estado, pelas quais os interessados, prefeitos e entidades de classe reclamam a retomada de obras públicas paralizadas.

Hoje me chega às mãos, da Cidade de Dourados, datada de 6 de abril do corrente, uma carta do Sr. Prefeito municipal, João da Câmara, em que o operoso e jovem chefe daquele município solicita ao Sr. Ministro da Aeronáutica, Márcio de Melo e Souza, o reinício das obras do aeroporto de Dourados.

Cerca de oito meses já transcorridos, foram paralizados aqueles serviços. E o Prefeito de Dourados lembra muito bem, na sua carta, a necessidade de que sejam acelerados aqueles serviços, destinados a dotar a próspera cidade mato-grossense de um campo de pouso para as linhas aéreas que ali fazem ponto.

Quero, desta tribuna, secundar o confiante apelo do Prefeito de Dou-

rosados, e pedir ao Sr. Ministro da Aeronáutica, Márcio de Melo e Souza, que conheça muito bem aquela região, região onde pioneiros lançaram, de forma definitiva, a marca e os sinais do progresso e da criação de riquezas.

Espero que o apelo do nosso prefeito seja prontamente atendido, porque é fácil de ser realizada essa obra, Sr. Presidente, para que conste nos nossos anais, vou ler o ofício:

(Lê)

Dourados, 6 de abril de 1967

Ofício nº 108-67.

Exmo. Sr.

Brigadeiro Márcio de Souza

Mello

Brasília — D.F.

Senhor Ministro:

O Ministério da Aeronáutica, está construindo em Dourados, um aeroporto. Para tanto a Prefeitura Municipal, efetuou permuta de terreno do antigo campo de aviação da cidade, pelo terreno onde está sendo construído o campo de pouso mencionado.

Acontece, que as obras estão paralizadas há quase 6 (seis) meses, e até o presente, desconheço quais as razões.

Como a Prefeitura Municipal, está sentindo dificuldade para continuar no antigo aeroporto, pois o cidadão que efetuou a permuta com a Municipalidade, que ocupar o terreno. Venho a presença de V. Exa., solicitar os bons ofícios, no sentido de serem terminados as obras em apressado.

Confiando nas providências que por certo serão tomadas, por V. Exa., a respeito, servi-me da oportunidade para apresentar os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, João da Câmara, Prefeito Municipal.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, segundo, em toda linha, o apelo do Prefeito do Município de Dourados, como também damos nosso apoio à solicitação que amanhã lerá, desta tribuna, da Câmara do Município do Rio Brilhante sobre a paralização de obras de importante e inadiável rodovia daquela região.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa).

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, conchavando para a próxima a seguinte.

ORDEM DO DIA

EM 13 DE ABRIL DE 1967

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1967 (nº 529/63, na Casa de origem), que abre ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, o crédito especial de Cr\$ 22.970 (vinte e dois mil, novecentos e setenta cruzeiros) para ocorrer a despesas com tratamento médico e hospitalar do Juiz da 7ª Zona Eleitoral do Ceará, tendo Parecer favorável, sob número 182, de 1967, da Comissão de Finanças.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 30, de 1967, número 4.081-A/67, na Casa de origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que corrige desigualdade da situação entre servidores do Ministério da Fazenda, e dá outras providências, tendo Pareceres sob números 200 e 201, de 1967, das Comissões: — de Projetos do Executivo, favorável com a emenda que oferece (L. CPE); — de Finanças, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim) — Está encerrada a sessão. (Encerra-se a sessão às 17 horas e 5 minutos).